

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

2025

Índice

Índice	2
1. Introdução	3
2. Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	3
2.1. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	4
2.2. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método do custo	4
2.3. Caixa e Depósitos	5
3. Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros... 5	
3.1. Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento	5
3.2. Participações financeiras e outros ativos financeiros	5
3.3. Depreciações e amortizações	5
3.4. Contas a receber	5
3.5. Contas a pagar	6
3.6. Inventários	6
3.7. Património	6
3.8. Reservas , Resultados transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no Património Líquido	6
3.9. Especialização de exercícios	6
3.10. Caixa e equivalentes de caixa	6
3.11. Provisões	6
3.12. Financiamentos Obtidos	7
4. Nota 3 – Ativos Intangíveis	7
5. Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	8
6. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis	10
7. Nota 6 – Locações	11
8. Nota 7 – Custos dos Empréstimos Obtidos	11
9. Nota 8 – Propriedades de Investimento	12
10. Nota 9 – Imparidade de Ativos	12
11. Nota 10 – Inventários	12
12. Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	13
13. Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação	13
14. Nota 15 – Provisões	14
15. Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	14
15.1. Acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos	15
15.2. Acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos	15
16. Nota 18 – Instrumentos Financeiros	17
17. Nota 19 – Benefícios dos Empregados	17
18. Nota 20 – Relações Inter-Grupo	18
19. Resultado líquido do exercício	31
20. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Auditor Externo	32

1. Introdução

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as disposições previstas nas Normas Contabilidade Pública 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas bem como as Normas Contabilidade Pública 23 – Investimentos em Associadas e Normas Contabilidade Pública 18 – Instrumentos Financeiros do Sistema de Normalização Contabilística -Administração Pública.

As condições para realização da consolidação orçamental nos termos previstos na Norma Contabilidade Pública 26, não estão reunidas, pelo que não se procedeu a esta consolidação.

2. Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

O grupo autárquico do Município de Ansião é constituído pelas entidades descritas no mapa seguinte, impondo-se, no âmbito das novas regras do SNC-AP, a consolidação de três dessas entidades, concretamente:

- Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A.;
- APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A.; e,
- MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A

Quadro 2.1 – Grupo Autárquico do Município de Ansião

Identificação da entidade		Caracterização da entidade		Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Classificação	Objecto de consolidação?	
Entidades societárias							
506598160	Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	36001	39 974 968,10 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	1,39%
504475606	MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A.	Sociedade Anónima	71120	3 236 678,67 €	N.º 6 do Artigo 75.º	Sim	0,77%
504600109	Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A.	Sociedade Anónima	85591	50 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Sim	23,52%
501115773	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Centro Litoral, CRL	Cooperativa	64190	5 672 845,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,00%
515515507	APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM SA	Sociedade Anónima	36002	1 100 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Sim	15,97%
Entidades não societárias							
501627413	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	
503497720	Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	13,70%
508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	10,00%
505074737	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91333		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	5,44%
503634409	ADILCAN - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Ansião	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	8,93%
502883308	Centro de Serviços do Ambiente - CESAB	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	71200	745 000,00 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	2,42%
509693300	Agência Para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	7,14%
513864202	Associação Nacional de Assembleias Municipais	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94991		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	
513319182	Fundo de Apoio Municipal	Outra	84114	417 857 175,00 €		Não	313 294,50 €
515772275	Associação de Municípios Portugal Romano	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	
503836250	Associação Caminhos de Fatima	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º	Não	

2.1. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

São consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, as participadas (i) Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional S.A. e (ii) APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A..

Este método consiste no reconhecimento inicial do investimento pelo respetivo custo, sendo o mesmo posteriormente ajustado em função da evolução, após a aquisição, da quota-parte dos ativos líquidos da participada detida pela investidora (Município de Ansião).

Os resultados da investidora incluem a respetiva quota-parte nos resultados da participada, enquanto os ativos líquidos da investidora integram a quota-parte das variações ocorridas nos ativos líquidos da participada que não tenham sido reconhecidas através dos resultados.

Quadro 2.2 – Entidades a consolidar pelo Método da Equivalência Patrimonial

Entidade	% Part	Capital próprio no início Exercício				Durante Exercício	
		Cap.social	Resul. Transitados	Outras Variações	Total CP Exercício	R.L.E	Cap. Próprio
Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S.A.		50 000,00	-532 175,47	4 491 783,40	4 009 607,93	10 330,06	4 019 937,99
Contribuição para o grupo municipal	23,52%	11 760,00	-125 167,67	1 056 467,46	943 059,79	2 429,63	945 489,42
APIN - Empresa Intermunicipal do Pinhal Interior, EIM S.A.		1 100 000,00	2 654 835,03	18 736 281,19	22 491 116,22	-699 559,70	21 791 556,52
Contribuição para o grupo municipal	13,73%	151 030,00	364 508,85	2 572 491,41	3 088 030,26	-96 049,55	2 991 980,71

2.2. Entidades associadas, a consolidar, contabilizadas pelo método do custo

É consolidada pelo método do custo, a participada MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A., nos termos do quadro seguinte.

Quadro 2.3 - Entidades a consolidar pelo Método do Custo

Denominação Social	Sede Social	% do capital detido	Contribuição Inicial
MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A.	Porto Salvo	0,77%	24 950,00 €

2.3. Caixa e Depósitos

A posição de caixa, seus equivalentes numerários e depósitos bancários, no dia 31 de dezembro, detalha-se como se segue:

Quadro 2.4 – Caixa e depósito

Rubricas	2025	2024
Caixa	1 441,41	1 731,37
Depósitos Bancários	3 130 817,74	1 850 441,76
Depósitos à ordem	2 848 165,74	1 581 955,52
Outros Depósitos	0,00	0,00
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
Depósitos Consignados	282 652,00	268 486,24
Total	3 132 259,15	1 852 173,13

3. Nota 2 – Principais políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contábilísticos, de acordo com o normativo contábilístico SNC-AP, e apresentam, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município, representando também, de forma fiel, os efeitos das transações, de outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e os critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual e nas NCP.

3.1. Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

3.2. Participações financeiras e outros ativos financeiros

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

3.3. Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos decorrente do desgaste resultante da sua utilização, sendo aplicado o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência constante do CC2.

3.4. Contas a receber

As contas a receber, de clientes e outros devedores, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das suas contas a receber.

3.5. Contas a pagar

As dívidas a fornecedor e a outras entidades são inicialmente mensuradas ao justo valor e, subsequentemente, ao custo amortizado.

3.6. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

3.7. Património

A rubrica de património/capital é constituída pelos fundos relativos à constituição do Município, resultantes da diferença entre os ativos e os passivos no momento da elaboração do balanço inicial, bem como pela retificação do património inicial e constituição/reforço do património/capital por parte de outras entidades.

3.8. Reservas, Resultados transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no Património Líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores, não afetos a outras rubricas do património líquido.

No que se refere às “Reservas”, estas resultam das aprovações de contas ocorridas em períodos anteriores.

Quanto aos ajustamentos em ativos financeiros, estes estão relacionados com a movimentação contabilística associada ao efeito do MEP (Método da Equivalência Patrimonial), designadamente decorrentes de variações nos capitais próprios das participadas, lucros não atribuídos e ajustamentos de transição.

As “Outras variações no património líquido” resultam das transferências e subsídios de capital obtidos e similares (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciables), bem como de doações e transferências de ativos.

O Município procedeu a afetação da verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro – Capital e à receita prevista n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI (Capital), a ativos depreciables ou amortizáveis, fazendo prova dessa afetação; a transação equiparou-se a um subsídio ou transferência consignada. Este procedimento abrangeu as aquisições e grandes reparações a partir de 2020.

3.9. Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de alteração de valor.

3.11. Provisões

O Município analisa, com regularidade, os eventos passados que impliquem situações de risco e que possam gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que, de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato, são estimadas as situações suscetíveis de originar obrigações futuras.

3.12. Financiamentos Obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, o qual resulta das operações ocorridas entre as entidades.

4. Nota 3 – Ativos Intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2025, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Quadro 4.1 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	211 926,34	211 926,34	0,00	0,00	211 926,34	211 926,34	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	606 423,76	700 596,74	0,00	105 827,02	928 664,55	756 021,37	0,00	172 643,18
Propriedade industrial e intelectual	4 524,10	4 524,10	0,00	0,00	4 524,10	4 524,10	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1 022 874,20	917 047,18	0,00	105 827,02	1 145 314,99	972 471,81	0,00	172 643,18

Quadro 4.2 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	105 827,02	136 988,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-55 424,63	-14 547,83	172 643,18
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	105 827,02	136 988,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-55 424,63	-14 547,83	172 643,18

Quadro 4.3 – Ativos Intangíveis – Adições

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	130 699,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 089,42	136 988,62
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	130 699,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 089,42	136 988,62

5. Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão.

Quadro 5.1 – Acordos de Concessão

Acordos	Concessionário	Ativo	Período	Valor	Pagamentos
1 - Serviços Públicos de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Gestão Resíduos Urbanos	APIN, SA	Infraestruturas	30 Anos	0,00	0
2 - Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão	E-Redes, SA	Infraestruturas	20 Anos	0,00	0
3 - Instalação e Exploração do Posto de Apoio do Parque Verde de Ansião	19Th Company, Lda	Terreno	5 anos	0,00	0

1 – O Município de Ansião delegou na APIN, em regime de exclusividade, a prestação dos seguintes serviços de interesse geral:

- Abastecimento público de água, incluindo a captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público;
- Saneamento de águas residuais urbanas, incluindo a recolha de águas residuais urbanas fixas;
- Gestão de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 litros por produtor.

O Município cedeu, a título gratuito, à entidade gestora as infraestruturas, instalações e outros bens municipais. A cedência das infraestruturas, instalações e bens não implicou a transmissão da respetiva propriedade para a entidade gestora.

O Município de Ansião suportou em 2025 um gasto de 134.940,76€ em depreciações relativas à cedência conforme quadro seguinte:

Quadro 5.2 - Depreciações

Descrição	Descrição	Valor_bruto	Depreciação Ano	Depreciação Acumulado	Valor patrim.líquido
430351	Outras Infraestruturas	3 809 909,89	90 142,09	2 314 848,60	1 495 061,29
430361	Condutas Adutoras	125 627,32	3 195,47	118 143,91	7 483,41
430362	Redes de Distribuição	2 703 910,09	19 399,19	2 378 966,43	324 943,66
4329	Outros	935 882,13	22 136,88	439 533,94	496 348,19
4337	Equip. e Material de Apoio	187 172,78	67,13	187 172,78	0,00
Total Geral		7 762 502,21	134 940,76	5 438 665,66	2 323 836,55

2 – A distribuição de energia elétrica em Portugal é uma atividade dos municípios (Decreto-Lei n.º 344-B/82, com as alterações posteriores), que foi concessionada em regime de serviço público.

De acordo com as bases das concessões da rede de distribuição em baixa tensão, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, consideram-se afetos à concessão os bens que constituem a rede de BT e as interligações, designadamente;

- a) Linhas, cabos e ramais BT;
- b) Postos de transformação e instalações anexas;
- c) Rede de iluminação pública;
- d) Instalações de telecomunicações, telemedida e telecomando afetas à distribuição de BT.

O contrato de concessão implica o pagamento de uma renda, atualizada anualmente com base na inflação e na variação do consumo do município. Em 2025 recebemos neste âmbito 427.170,86€.

Considerando as significativas dificuldades do Município na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afeto à concessão e respetivas vida úteis, que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e mensuração daqueles ativos e dos respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelo Município e já reconhecidos, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

De acordo com a comunicação efetuada pela E-Redes, o valor relativo ao resgate da concessão, para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 01 de setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, totalizava 2.969.610€, a 31/12/2025.

A E-Redes disponibilizou ao Município o reporte dos ativos da concessão de baixa tensão conforme mapas seguintes.

Assim, tendo por base a Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística, entende-se que não estavam preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados ao contrato de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedem aquele reconhecimento.

3 – A concessão tem por objeto a concessão de espaço para instalação e exploração de posto de apoio, sito no Parque Verde em Ansião, para estabelecimento de bebidas para prestar, mediante remuneração, serviços de bebidas e cafetaria.

6. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

No período findo a 31 de dezembro, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas, apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 6.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	666 680,06	0,00	0,00	666 680,06	666 680,06	0,00	0,00	666 680,06
Edifícios e outras construções	6 951 925,54	2 043 632,16	0,00	4 908 293,38	7 195 097,02	2 172 070,24	0,00	5 023 026,78
Infraestruturas	59 110 346,75	40 205 930,21	0,00	18 904 416,54	59 583 525,66	41 548 412,84	0,00	18 035 112,82
Património histórico, artístico e cultural	1 857 282,76	356 357,43	0,00	1 500 925,28	1 856 207,76	373 824,72	0,00	1 484 383,03
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	5 956 971,37	0,00	0,00	5 956 971,37	6 018 991,11	0,00	0,00	6 018 991,11
Edifícios e outras construções	28 850 291,49	9 012 991,42	0,00	19 837 300,07	30 690 557,41	9 633 156,95	0,00	21 057 400,45
Equipamento básico	3 627 558,52	2 935 632,63	0,00	691 926,29	4 158 692,32	3 182 140,45	0,00	976 551,87
Equipamento de transporte	2 139 831,46	1 627 429,03	0,00	512 402,38	2 642 170,06	1 757 200,32	0,00	884 969,74
Equipamento administrativo	975 491,27	905 910,99	0,00	69 580,28	1 086 920,00	937 168,59	0,00	149 751,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 265 175,51	1 041 977,67	0,00	243 197,84	1 335 162,91	1 065 385,76	0,00	239 777,15
Ativos fixos tangíveis em curso	1 340 106,29	0,00	0,00	1 340 106,29	970 765,68	0,00	0,00	970 766,69
Total:	112 801 661,42	58 129 861,64	0,00	54 671 799,78	116 206 770,99	60 699 359,87	0,00	55 507 411,12

Quadro 6.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	666 680,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666 680,06
Edifícios e outras construções	4 908 293,38	4 809,30	238 362,18	0,00	0,00	0,00	-128 438,08	0,00	5 023 026,78
Infraestruturas	18 904 416,54	3 271,66	489 907,25	0,00	0,00	0,00	-1 342 462,63	0,00	18 035 112,82
Património histórico, artístico e cultural	1 500 925,28	924,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 467,24	0,00	1 484 383,03
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	5 956 971,37	62 019,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 018 991,11
Edifícios e outras construções	19 877 300,07	33 600,06	1 872 377,88	0,00	0,00	0,00	-520 165,53	-110 711,72	21 057 400,46
Equipamento básico	691 926,29	562 672,35	26 721,21	0,00	0,00	0,00	-246 507,82	-60 260,18	976 551,87
Equipamento de transporte	512 402,38	520 016,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-128 771,24	-17 677,83	884 969,74
Equipamento administrativo	69 580,28	40 488,71	71 259,60	0,00	0,00	0,00	-31 257,60	-359,58	149 751,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	243 197,84	40 497,60	9 531,65	0,00	0,00	0,00	-53 408,09	-42,05	239 777,15
Ativos fixos tangíveis em curso	1 340 106,29	2 320 880,07	-2 690 159,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970 766,69
Total:	54 671 799,78	3 594 160,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 569 468,23	-169 051,14	55 507 411,12

7. Nota 6 – Locações

Os contratos de locação financeira apresentam-se no quadro seguinte:

Quadro 7.1 – Locações financeiras - Locatário

RUBRICAS		Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. mín.	Rendas contingentes reg. gastos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total		
			Capital	Juro	Capital	Juro						
4342	2021/300.10.005/187- Aquisição de viaturas elétricas em regime de locação financeira, no âmbito da "3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 1 e Parte 2"	49 453,80	26 843,92	3 297,45	100 896,02	8 807,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5 561,97	0,00
4342	2021/300.10.005/188-Concurso Público nº 5093/2021: Aquisição de autocarro em regime de Locação Financeira	78 550,43	27 173,29	1 709,15	89 363,89	9 115,75	0,00	0,00	0,00	0,00	37 861,43	0,00
4342	2023/300.10.005/164(Proc.12)Aq.Viatura eléctrica	19 397,41	8 664,09	587,74	17 650,85	1 848,14	0,00	0,00	0,00	0,00	18 630,26	0,00
4342	2023/300.10.005/352(Proc.28) Aq. Autocarro	94 913,18	26 680,08	3 744,40	48 255,83	7 533,61	0,00	0,00	0,00	0,00	98 394,20	0,00
4342	Proc. n.º 19/2025 (2025/300.10.005/133) Aquisição 8 Carinhas Transporte Escolar (9 lugares), em regime de locação financeira	283 438,95	25 042,79	2 089,59	25 042,79	2 089,59	0,00	0,00	0,00	0,00	386 198,66	0,00
Totais:		525 753,78	114 404,17	11 428,34	281 209,39	29 394,48	0,00	0,00	0,00	0,00	545 746,52	0,00

Quadro 7.2 – Locações operacionais – Locatário

CONTRATOS		Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente futuros pag. mín.
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total	
			Pag. mín.	Rendas C.	Pag. mín.	Rendas C.					
8	2023/300.10.005/107(Proc.08)Outsourcing de impress	31 128,84	11 240,97	0,00	28 840,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 283,39
62	2023/300.10.005/672(proc.62) Outsourcing de impressão e cópia	50 336,62	15 380,64	0,00	32 159,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 177,10
Total:		81 465,46		0,00		0,00		0,00		0,00	
			26 621,61		60 999,97		0,00		0,00		20 465,49

8. Nota 7 – Custos dos Empréstimos Obtidos

Em 2025 o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos, consolidado decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Quadro 8.1 – Empréstimos Bancários

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Não corrente	1 819 948,76	2 091 623,37
Passivo Corrente	227 038,13	246 669,10
Empréstimos Obtidos	2 046 986,89	2 338 292,47

9. Nota 8 – Propriedades de Investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Quadro 9.1 – Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Variação do Período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	238 701,14	0,00	0,00	-2 663,40	0,00	0,00	0,00	236 037,74	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	238 701,14	0,00	0,00	-2 663,40	0,00	0,00	0,00	236 037,74	0,00

10. Nota 9 – Imparidade de Ativos

As perdas por imparidade verificam-se nas dívidas de clientes, contribuintes e utentes vencidas a mais de 12 meses em que foi considerada 100% do valor da dívida.

As entidades que tenham dívidas vencidas, mas que recebam apoios regulares no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo não foram consideradas.

Quadro 10.1 – Imparidades de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	365 631,17	343 778,02	16 209,58	38 052,73
Total:	365 631,17	343 778,02	16 209,58	38 052,73

11. Nota 10 – Inventários

No período findo de 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na rubrica de inventários consolidados foi o seguinte:

Quadro 11.1 – Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias Primas	67 815,98		67 815,98
Produtos Acabados			
Subprodutos			
Total	67 815,98		67 815,98

Quadro 11.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Compras Líquidas	Consumos	Variações	Perdas	Reversões	Outras Reduções	Outros Aumentos	Quantia Escriturada final
Mercadorias									
Matérias Primas	59 160,61	256 197,56	250 184,11	2 641,92					67 815,98
Produtos Acabados									
Subprodutos									
Produtos e Trabalhos em curso									
Total	59 160,61	256 197,56	250 184,11	2 641,92					67 815,98

12.Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento proveniente de prestações de serviços, vendas e uso de terceiros de ativos da entidade, que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam mensurados com fiabilidade.

Quadro 12.1 – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	77 175,24	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	12 783,77	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Vendas					
712	Produtos acabados e intermédios	85 371,03	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
7203	Serviços específicos das autarquias locais	377 837,70	0,00	0,00	0,00	0,00
7205	Concessões	427 170,84	0,00	0,00	0,00	0,00
7206	Vistorias e ensaios	1 334,56	0,00	0,00	0,00	0,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	112,53	0,00	0,00	0,00	0,00
7209	Outros serviços	41 997,61	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
783	Recuperação de contas a receber	16 209,58	0,00	0,00	0,00	0,00
784	Ganhos em inventários	4 291,50	0,00	0,00	0,00	0,00
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	40 918,89	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	123 439,45	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	17 011,64	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	11 594,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1 237 278,30	0,00	0,00	0,00	0,00

13.Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, se acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxo de benefícios futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestações que não sejam impostos.

Quadro 13.1 – Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Fim do período	
701 Impostos Diretos					
70105 Imposto municipal sobre imóveis	1 124 172.00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	391 219.58	0,00	0,00	0,00	0,00
70199 Outros	645 572.94	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70208 Impostos indiretos específicos das autarquias locais	44 599.96	0,00	0,00	0,00	0,00
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	872.17	0,00	0,00	0,00	0,00
70299 Outros	100.00	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111 Estado	9 272 582.50	0,00	0,00	0,00	0,00
75112 Serviços e Fundos Autónomos	176 570.51	0,00	0,00	0,00	0,00
75113 Administração Local	37 264.09	0,00	0,00	0,00	0,00
75119 Outras entidades	25 156.07	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Resto do Mundo	67 655.52	0,00	0,00	0,00	0,00
76 Reversões					
763 De provisões	10 765.73	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 181 062.59	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	12 978 594.06	0,00	0,00	0,00	0,00

14.Nota 15 – Provisões

Foi registado nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso.

Quadro 14.1 – Provisões

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
Impostos, taxas, contribuições e juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	34 618.46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 765.73	0,00	10 765.73	23 852.73
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	34 618.46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 765.73	0,00	10 765.73	23 852.73

15.Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos após a data de relato são acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão. Quando os acontecimentos subsequentes proporcionam evidência de condições que já existiam à data de 31 de dezembro de 2025, os respetivos efeitos são refletidos nas demonstrações financeiras. Quando respeitem a condições surgidas após aquela data, os mesmos não dão lugar a ajustamentos, sendo divulgados no anexo sempre que a sua natureza ou materialidade o justifique.

Após a data de relato, manteve-se um contexto de elevada incerteza geopolítica internacional, designadamente em resultado da persistência da guerra na Ucrânia e da continuação dos conflitos armados no Médio Oriente, com reflexos potenciais nos preços da energia, combustíveis, matérias-primas, transportes e cadeias de abastecimento, factos esses suscetíveis de repercussão indireta nos custos de funcionamento das entidades públicas, incluindo os municípios.

Acresce que, em 28 de janeiro de 2026 e nos dias subsequentes, ocorreram fenómenos meteorológicos extremos que afetaram severamente o Município de Ansião. Tratando-se de factos ocorridos já em 2026, os mesmos constituem acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sendo, contudo, objeto de divulgação específica no ponto 17.3 da presente nota, atenta a sua relevância material.

Assim, os acontecimentos acima referidos não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, sem prejuízo da respetiva divulgação sempre que, pela sua natureza e materialidade, tal se revele necessário.

15.1. Acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos

Não aplicável.

Até à data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram identificados acontecimentos após a data de relato suscetíveis de proporcionar evidência de condições existentes em 31 de dezembro de 2025 que determinem o ajustamento das quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

15.2. Acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos

Após a data de relato, em 28 de janeiro de 2026 e nos dias subsequentes, ocorreram fenómenos meteorológicos extremos que atingiram severamente o Município de Ansião, provocando danos em infraestruturas, equipamentos, edifícios e espaços públicos, bem como constrangimentos ao normal desenvolvimento da atividade municipal. Tratando-se de factos ocorridos já em 2026, os mesmos constituem acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, devendo, contudo, ser divulgados no anexo, nos termos da NCP 1 e da recomendação emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

À data de elaboração das presentes demonstrações financeiras, encontra-se ainda em curso o processo de levantamento, identificação, consolidação e avaliação integral dos danos e perdas sofridos, não sendo, por esse motivo, possível apurar, com fiabilidade, a totalidade dos impactos patrimoniais, financeiros e orçamentais associados a esta ocorrência.

Na sequência da Tempestade Kristin, foram já elaborados mapas auxiliares de inventariação e valorização dos danos e perdas relativos aos equipamentos e infraestruturas municipais afetados, os quais se encontram ainda em validação e atualização pelos serviços municipais competentes, atenta a dimensão e complexidade da ocorrência. Os danos já identificados abrangem, designadamente, a rede viária municipal, taludes e muros de suporte e contenção, edifícios e construções municipais, equipamento municipal complementar e de lazer, infraestruturas, maquinaria e viaturas municipais e outros bens de propriedade municipal. A informação apurada foi, entretanto, comunicada à CCDR Centro, I. P., e à companhia de seguros.

Atendendo a que os levantamentos efetuados possuem natureza dinâmica e se encontram sujeitos a confirmação, revisão e eventual atualização, não se procede nesta nota à reprodução integral dos mapas detalhados de danos, optando-se antes pela apresentação de informação sintética e agregada.

Foram igualmente identificados prejuízos noutras entidades do concelho, que não integram o património municipal nem se refletem diretamente nas demonstrações financeiras do Município, mas que relevam para a caracterização global dos impactos da tempestade no território. Neste âmbito, registaram-se prejuízos na dimensão «Equipamentos de Coletividades, IPSS e Entidades Religiosas», no montante de 1.074.109,63€, bem como prejuízos ocorridos nas freguesias, no montante de 107.381,72€.

Sem prejuízo do referido, o Município desencadeou já as diligências consideradas necessárias à reposição da normalidade, à salvaguarda da segurança de pessoas e bens e à mitigação dos efeitos causados, incluindo a realização e preparação de intervenções urgentes e o desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública legalmente admissíveis no contexto de urgência imperiosa. Em mapa autónomo são identificados os procedimentos de contratação pública desenvolvidos nesse âmbito, com indicação, designadamente, do objeto do contrato, da entidade adjudicatária, da referência processual e do montante contratual.

Foi ainda efetuada participação junto da seguradora, encontrando-se pendente a respetiva apreciação e pronúncia, pelo que se desconhece, nesta data, a eventual comparticipação indemnizatória e o respetivo montante.

Na sequência de contactos com a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., encontra-se assinado um contrato-programa para apoio a uma intervenção de remoção de sedimentos e outros materiais nos leitos e limpeza das margens do rio Nabão, no montante de 75.000,00 €, sendo elegíveis despesas realizadas desde 28 de janeiro de 2026.

Os factos descritos poderão refletir-se, designadamente, no aumento de encargos com empreitadas, aquisições de bens e serviços, reparações, reposições e demais intervenções necessárias à regularização dos danos provocados, bem como em eventuais comparticipações, indemnizações ou reembolsos a reconhecer em momento posterior, em função da evolução dos processos em curso. O valor reportado à CCDR Centro foi de 3.174.932,63 €. Já foram iniciados diversos procedimentos no valor de 363.204,11 €.

Acresce ainda que, após a data de relato, se manteve o contexto de incerteza geopolítica internacional associado ao conflito no Médio Oriente, suscetível de produzir efeitos indiretos sobre os preços da energia, dos combustíveis, das matérias-primas, dos transportes e das cadeias de abastecimento. Tratando-se de uma situação subsequente à data de 31 de dezembro de 2025, a mesma não dá lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras do exercício de 2025. À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não foi identificado um impacto financeiro direto e materialmente relevante autónomo sobre o Município suscetível de quantificação fiável, sem prejuízo da necessidade de acompanhamento da evolução desta situação e dos seus eventuais reflexos futuros.

Assim, tendo em conta a natureza subsequente destes acontecimentos e o estado atual da avaliação em curso, conclui-se que os mesmos não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras do exercício de 2025.

Todavia, pela sua relevância material, procede-se à presente divulgação, declarando o Órgão Executivo que, à data de aprovação das presentes notas explicativas às demonstrações financeiras, não é ainda possível efetuar uma estimativa fiável e completa do respetivo efeito financeiro.

16.Nota 18 – Instrumentos Financeiros

A mensuração dos ativos financeiros é feita ao método do custo excepto as entidades Sicó-formação, SA e APIN, EIM, SA.

Quadro 16.1- Instrumentos Financeiros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras	Perdas Imparid	Outros Aum.	Alienações	Perdas Imparid	Dut Diminuições	
Associadas								
41211201 - CCAM Centro Litoral	1 205,00			30,00				1 235,00
41211301 - Municipia, SA	24 950,00							24 950,00
41211302 - Sicó Formação	11 780,00							11 780,00
41211303 - Sicó Formação	437 337,16			496 372,26				933 709,42
41211901 - APIN	2 772 955,82			219 024,89				2 991 980,71
41211902 - Aguas do Centro Litoral	253 880,00							253 880,00
Outras Entidades								0,00
41411 - FAM	313 294,50							313 294,50
4141901 - CESAB	18 000,00							18 000,00
Outros Investimentos Financeiros								0,00
41511 - Títulos da Dívida Pública	2 245,00							2 245,00
Total	3 835 647,48			715 427,15				4 551 074,63

17.Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados pagos incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

Todo o pessoal foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo apenas pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

18.Nota 20 – Relações Inter-Grupo

As relações comerciais desenvolvidas em 2025 foram as seguintes:

Municípiã, EM, SA

Fornecedor	Montante
Gestão de Frota	2 660,73
Total	2 660,73

Sicó Formação, SA

Fornecedor	Montante	Cliente	Montante
Dinamização	1 335,01	Inspeção Elevadores	166,82
Formação	1 873,55		
Apoio a Mostra Gastronómica	425,00		
Total	3 633,56	Total	166,82

APIN EIM, SA

Fornecedor	Montante
Serviço Água, Saneamento e RU	229 589,74
Tarifário Social	13 888,42
Total	243 478,16

Balanço Consolidado

Município de Ansião			
Balanco Consolidado			
Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativosfixos tangíveis		55 507 411,12	54 671 799,78
Propriedades de investimento		236 037,74	238 701,14
Ativosintangíveis		172 843,18	105 827,02
Ativosbiológicos			
Participaçõesfinanceiras		4 548 829,62	3 833 382,48
Diferimentos			
Outrosativosfinanceiros		2 245,00	2 245,00
Ativospor impostosdiferidos			
Clientes, contribuintese utentes			
Outrascontasareceber			
Total Ativo Não Corrente		60 467 366,66	58 851 956,42
Ativo corrente			
Inventários		67 815,98	59 160,61
Ativosbiológicos			
Devedorespor transferênciase subsídiosnão reembolsáveis			
Devedorespor empréstimosbonificados e subsídiosreembolsáveis			
Clientes, contribuintese utentes		38 062,73	37 038,45
Estado e outros entes públicos		10 280,43	14 529,54
Acionistas/ sócios/ associados			
Outrascontasareceber		164 620,81	2 322 918,24
Diferimentos		74 450,62	52 015,21
Ativosfinanceiros detidos para negociação			
Outrosativosfinanceiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		3 132 259,15	1 852 173,13
Total Ativo Corrente		4 969 076,72	4 337 836,18
Total Ativo		65 436 442,38	63 189 790,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital		30 002 552,97	30 002 552,97
Ações(quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		1024 054,81	1024 054,81
Resultadostransitados		1259 820,47	1620 791,72
Ajustamentosem ativosfinanceiros		4 001 667,79	28 085,00
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		25 477 972,63	26 467 135,04
Resultado líquido do período		-421 969,74	-768 212,99
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido		61 344 098,93	58 374 406,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		23 852,73	34 618,46
Financiamentosobtidos		2 112 474,42	2 225 580,78
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivospor impostosdiferidos			
Fornecedores			
Outrascontasapagar		282 643,00	268 477,24
Total Passivo Não Corrente		2 418 970,15	2 628 676,48
Passivo corrente			
Credorespor transferênciase subsídiosnão reembolsáveis concedidos		0,00	
Fornecedores		95 806,36	176 666,61
Adiantamentose clientes, contribuintese utentes		23 620,00	23 620,00
Estado e outros entes públicos		22 520,32	21 387,66
Acionistas/ sócios/ associados			
Financiamentosobtidos		359 634,48	322 953,93
Fornecedores de investimentos		4 868,93	20 901,32
Outrascontasapagar		829 269,54	744 537,03
Diferimentos		337 653,67	976 641,02
Passivosfinanceiros detidos para negociação			
Outros passivosfinanceiros			
Total Passivo Corrente		1 673 373,30	2 286 707,57
Total Passivo		4 092 343,45	4 815 384,05
Total Património Líquido e Passivo		65 436 442,38	63 189 790,60

Demonstração de Resultados Consolidada

Município de Ansião			
Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas		2 297 495,66	2 172 892,37
Vendas		85 371,03	81 236,59
Prestações de serviços e concessões		848 453,14	838 695,81
Transferências e subsídios correntes obtidos		9 579 229,09	9 640 685,66
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-250 184,11	-243 994,05
Fornecimentos e serviços externos		-4 629 848,93	-4 683 621,19
Gastos com pessoal		-5 336 962,72	-4 497 542,81
Transferências e subsídios concedidos		-1597 949,01	-1716 971,05
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-11921,00
Provisões (aumentos/reduções)		10 765,73	43 279,88
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1523 022,87	1162 788,18
Outros gastos		-229 200,91	-772 277,51
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento		2 300 191,84	2 013 250,88
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 658 188,37	-2 687 893,71
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento) EBIT		-357 996,53	-674 642,83
Juros e rendimentos similares obtidos		11594,06	14 135,80
Juros e gastos similares suportados		-75 567,27	-107 705,96
Resultado Antes de Impostos		-421969,74	-768 212,99
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do período		-421 969,74	-768 212,99
Resultado Líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado Líquido do período		-421 969,74	-768 212,99

Demonstração de Alterações do Património Líquido

Município de Ansião														
Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido														
Descrição	Notas	Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes	Outras variações	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
Posição no início do período	(1)	30 002.552,97	-	-	-	1024.054,81	1620.791,72	28.085,00	-	28.467.355,04	768.22,99	58.374.406,55	-	58.374.406,55
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							-	-				-		-
Alterações de políticas contábilísticas							-	-				-		-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-	-				-		-
Realização do excedente de revalorização							-	-				-		-
Excedentes de revalorização e respectivas variações							-	-				-		-
Transferências e subsídios de capital							1734.638,21					1734.638,21		1734.638,21
Correções de erros materiais							-					-		-
Outras alterações reconhecidas no patrimônio líquido		-				-	768.22,99		-	144.499,44	768.22,99	144.499,44		144.499,44
	(2)	-				-	768.22,99		-	2.879.137,65	768.22,99	2.879.137,65		2.879.137,65
Resultado líquido do período	(3)										421.969,74	421.969,74		421.969,74
Resultado integral	(4)=(2)+(3)										346.243,25	2.457.637,91		2.457.637,91
Operações com detentores de capital no período												-		-
Realizações de capital/patrimônio												-		-
Entradas para cobertura de perdas												-		-
Outras operações							502.824,49					502.824,49		502.824,49
Subscrições de prêmios de emissão	(5)											-		-
	(5)													
Posição no fim Período	=(1)+(2)+(5)	30 002.552,97	-	-	-	1024.054,81	1365.103,22	28.085,00	-	29.346.272,69	421.969,74	61344.098,95	-	61344.098,95

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Município de Ansião			
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados			
Valores em €			
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		537 994,79	534 715,83
Recebimentos de contribuintes		2 251 522,51	1 745 085,62
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		10 367 009,49	9 230 639,88
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-6 005 754,56	-6 382 130,12
Pagamentos ao pessoal		-3 399 222,22	-2 863 457,65
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-397 155,51	-1 003 722,87
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		3 354 394,50	1 261 130,69
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		223 013,47	679 175,32
Outros pagamentos		-4 611 950,47	-4 705 730,58
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		-1 034 542,50	-2 765 424,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-845 732,12	-668 567,43
Ativos intangíveis		-10 1520,45	-83 211,80
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:		1 000,00	
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		465 370,17	453 531,71
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1 464 775,75	368 543,19
Transferências de capital		163 640,00	125 346,56
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		113 19,41	14 135,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		2 631 615,76	1 337 848,02
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-291 305,26	-308 300,57
Juros e gastos similares		-25 681,98	-29 078,38
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento c)		-316 987,24	-337 378,95
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 280 086,02	-1 764 955,50
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 852 173,13	3 617 128,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 132 259,15	1 852 173,13
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 852 173,13	3 617 128,63
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		1 852 173,13	3 617 128,63
De execução orçamental		1 583 592,39	3 357 032,48
De operações de tesouraria		268 580,74	260 096,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 132 259,15	1 852 173,13
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		3 132 259,15	1 852 173,13
De execução orçamental		2 849 432,89	1 583 592,39
De operações de tesouraria		282 826,26	268 580,74

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Município de Ansião					
Demonstração Consolidada do desempenho orçamental			Valores em €		
Rubricas RECEBIMENTOS	Períodos		Rubricas PAGAMENTOS	Períodos	
	2025	2024		2025	2024
Saldo da gerência anterior	1852 173,13	3 617 128,63			
Operações Orçamentais(1)	1583 592,39	3 357 032,48			
Dev. Do saldo Oper. Orçam					
Recebimento do saldo de vol					
Operações de Tesouraria(A)	268 580,74	260 096,15			
Receita Corrente	13 786 260,45	12 376 333,86	Despesa Corrente	114 14 889,15	10 331 767,68
R1 Receita Fiscal	2 251 522,51	1745 085,62	D1 despesas com Pessoal	5 405 624,27	4 367 126,17
R1.1 Impostos Diretos	2 251 522,51	1745 085,62	D1.1 Rem. Certas e Perman.	4 300 767,46	3 694 963,09
R1.2 Impostos Indiretos			D1.2 abonos Variáveis ou Eventuais	107 645,02	88 449,70
R2 Contrib. para sistemas Prot.			D1.3 Segurança social	997 211,79	853 713,38
R3 Taxas, multas e outras Pen.	136 032,44	417 760,34	D2 Aquisição de Bens e Serviços	4 599 600,60	4 196 044,32
R4 Rendimentos de Propriedade	476 689,58	467 667,51	D3 Juros e Outros Encargos	83 396,31	107 007,11
R5 Transferências e Subsídios Correntes	10 367 009,49	9 197 444,88	D4 Transferências e Subsídios Correntes	13 19 652,38	1383 171,09
R5.1 Transferências Correntes	10 367 009,49	9 197 444,88	D4.1 Transferências Correntes	13 19 652,38	1383 171,09
R5.1.1 Adm. Públicas	10 367 009,49	9 197 444,88	D4.1.1 Adm. Públicas	3 10 241,66	280 335,37
R5.1.1.1 AC - EP	10 367 009,49		D4.1.1.1 AC - EP		
R5.1.1.2 AC - Outras Ent.			D4.1.1.2 AC - Outras Ent.		
R5.1.1.3 Segurança Social			D4.1.1.3 Segurança Social		
R5.1.1.4 Adm. Regional			D4.1.1.4 Adm. Regional		
R5.1.1.5 Adm. Local			D4.1.1.5 Adm. Local	3 10 241,66	280 335,37
R5.1.2 Exterior EU			D4.1.2 Entidades setor não lucrativo	72 1336,74	779 135,54
R5.1.3 Outras			D4.1.3 Famílias	26 1059,54	309 306,47
R5.2 Subsídios Correntes			D4.1.4 Outras	27 014,42	14 393,71
R6 Venda de Bens e Serviços	537 994,79	534 715,83	D4.2 Subsídios Correntes		
R7 Outras Receitas Correntes	17 011,64	13 659,68	D5 outras Despesas Correntes	6 615,59	8 418,99
Receita Capital	3 102 178,75		Despesa Capital		
R8 Venda de Bens de Investimento	1000,00	25 093,50	D6 Aquisição de Bens de Capital	3 651 452,83	4 530 867,75
R9 Transferências e Subsídios de Capital	3 101 178,75	1630 061,24	D7 Transferências e Subsídios de Capital	268 938,83	857 082,60
R9.1.1.1 AC - EP	3 101 178,75	1630 061,24	D7.1.1.1 AC - EP		
R9.1.1.2 AC - Outras Ent.	3 101 178,75	1630 061,24	D7.1.1.2 AC - Outras Ent.		
R9.1.1.3 Segurança Social			D7.1.1.3 Segurança Social		
R9.1.1.4 Adm. Regional			D7.1.1.4 Adm. Regional		
R9.1.1.5 Adm. Local			D7.1.1.5 Adm. Local	125 778,69	19 1283,83
R9.1.2 Exterior EU			D7.1.2 Entidades setor não lucrativo	27 410,31	92 000,00
R9.1.3 Outras			D7.1.3 Famílias	115 749,83	109 533,60
R9.2 Subsídios de capital			D7.1.4 outras		464 265,17
R10 Outras Receitas de Capital		203 891,38	D7.2 Subsídios de capital		
R11 Rep. Não Abat Pagamentos	3 967,37	19 198,53	D8 Outras Despesas de Capital		
Receita Efetiva(2)	16 892 426,57	14 254 578,51	Despesa Efetiva(5)	15 335 280,81	15 719 718,03
Receita não efetiva			Despesa não efetiva(6)	291 305,26	308 300,57
R12 Receita com ativos financeiros			D9 Despesa com ativos financeiros		
R13 Receita com passivos fin			D10 Despesa com passivos financeiros	291 305,26	308 300,57
Soma (4)=(1)+(2)+(3)	16 892 426,57	14 254 578,51	Soma(7)=(5)+(6)	15 626 586,07	16 028 018,60
Operações da tesouraria(B)	65 962,02	24 665,39	Operações de Tesouraria(C)		
			Saldo para a gerência seguinte	3 132 259,15	1852 173,13
			Operações Orçamentais(8)=(4)-(7)	2 849 432,89	1583 592,39
			Operações Tesouraria(D)=(A)+(B)-(C)	282 826,26	268 580,74
			Soma global (2)-(5)	1557 145,76	-1465 139,52
			Despesa Primária	15 251 884,50	15 612 710,92
			Saldo Corrente	2 371 371,30	2 044 566,18
			Saldo de Capital	-818 212,91	-3 528 904,23
			Saldo Primário	1640 542,07	-1368 132,41
			Receita Total (1)+(2)+(3)	18 476 018,96	17 611 610,99
			Despesa Total(5)+(6)	15 626 586,07	16 028 018,60

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Município de Ansião					
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza			Valores em euros		
Rubrica LIQUIDAÇÕES	Períodos		Rubrica OBRIGAÇÕES	Períodos	
	2025	2024		2025	2024
Receita Corrente			Despesa Corrente		
R1 Receita Fiscal	2 251 522,51	1 745 085,62	D1 Despesas com Pessoal	5 405 624,27	4 367 126,17
R11 Impostos Diretos	2 251 522,51	1 745 085,62	D11 Rem. Certas e Perman.	4 300 767,46	3 694 963,09
R12 Impostos Indiretos			D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	107 645,02	88 449,70
R2 Contrib. para sistemas Prot.			D13 Segurança social	997 211,79	853 713,38
R3 Taxas, multas e outras Pen.	136 032,44	417 760,34	D2 Aquisição de Bens e Serviços	4 599 600,60	4 196 044,32
R4 Rendimentos de Propriedade	476 689,58	467 667,51	D3 Juros e Outros Encargos	83 396,31	107 007,11
R5 Transferências e Subsídios Correntes	10 367 009,49	9 197 444,88	D4 Transferências e Subsídios Correntes	13 19 652,38	1383 17 109
R5.1 Transferências Correntes	10 367 009,49	9 197 444,88	D4.1 Transferências Correntes	13 19 652,38	1383 17 109
R5.11 Adm. Públicas	10 367 009,49	9 197 444,88	D4.11 Adm. Públicas	3 10 24 166	280 335,37
R5.11.1 AC - EP	10 367 009,49		D4.11.1 AC - EP		
R5.11.2 AC - Outras Ent.			D4.11.2 AC - Outras Ent.		
R5.11.3 Segurança Social			D4.11.3 Segurança Social		
R5.11.4 Adm. Regional			D4.11.4 Adm. Regional		
R5.11.5 Adm. Local			D4.11.5 Adm. Local	3 10 24 168	280 335,37
R5.12 Exterior EU			D4.12 Entidades setor não lucrativo	72 1336,74	779 135,54
R5.13 Outras			D4.13 Famílias	26 1059,54	309 306,47
R5.2 Subsídios Correntes			D4.14 Outras	27 044,42	14 393,71
R6 Venda de Bens e Serviços	537 994,79	534 715,83	D4.2 Subsídios Correntes		
R7 Outras Receitas Correntes	17 011,64	13 659,68	D5 outras Despesas Correntes	6 615,59	8 418,99
Receita Capital			Despesa Capital		
R8 Venda de Bens de Investimento	1000,00	25 093,50	D6 Aquisição de Bens de Capital	3 651 452,83	4 530 867,75
R9 Transferências e Subsídios de Capital	3 101 178,75	1630 061,24	D7 Transferências e Subsídios de Capital	268 938,83	857 082,60
R9.11.1 AC - EP	3 101 178,75	1630 061,24	D7.11.1 AC - EP		
R9.11.2 AC - Outras Ent.	3 101 178,75	1630 061,24	D7.11.2 AC - Outras Ent.		
R9.11.3 Segurança Social			D7.11.3 Segurança Social		
R9.11.4 Adm. Regional			D7.11.4 Adm. Regional		
R9.11.5 Adm. Local			D7.11.5 Adm. Local	125 778,69	19 1283,83
R9.12 Exterior EU			D7.12 Entidades setor não lucrativo	27 410,31	92 000,00
R9.13 Outras			D7.13 Famílias	115 749,83	109 533,60
R9.2 Subsídios de capital			D7.14 outras		464 265,17
R10 Outras Receitas de Capital		203 891,38	D7.2 Subsídios de capital		
R11 Rep. Não Abat Pagamentos	3 967,37	19 198,53	D8 Outras Despesas de Capital		
Receita Efetiva(1)	16 892 426,57	14 254 578,51	Despesa Efetiva(4)	15 335 280,81	15 719 718,03
Receita não efetiva(2)			Despesa não efetiva(5)	291 305,26	308 300,57
R12 Receita com ativos financeiros			D9 Despesa com Ativos Fin		
R13 Receita com passivos fin			D10 Despesa com passivos Fin	291 305,26	308 300,57
Receita Total (3)=(1)+(2)	16 892 426,57	14 254 578,51	Despesa Total (6)=(4)+(5)	15 626 586,07	16 028 018,60

20.Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitida pelo Auditor Externo

19.Resultado líquido do exercício

Propõe-se que seja aprovado o Resultado Líquido Consolidado, do Exercício de 2025, no valor de -421.969,74€, em conformidade com a Demonstração de Resultados Consolidada.

Município de Ansião, 02 de junho de 2026,

O Presidente da Câmara Municipal,



Jorge Humberto Fernandes Cancelinha

Município de Ansião

Presente à reunião de Câmara Municipal de **08/06/2026**, tendo sido deliberado:

I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

1.1. Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2025. Apreciação, discussão e votação;

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos de abstenção dos Senhores Vereadores, Jorge Paulo Fernandes e Paula Cristina Rodrigues da Silva Bernardino e os votos a favor dos membros do executivo, Jorge Humberto Fernandes Cancelinha, Mário Sérgio Madalena Teixeira Pires, Maria Goreti da Silva Correia e João Paulo de Jesus Rosa, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2024. Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como proceder ao seu envio ao Tribunal de Contas, através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, para cumprimento do dever legal de prestação de contas e para efeitos de fiscalização, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Ansião

Presente à sessão ordinária de Assembleia Municipal de 22/6/2026, tendo sido deliberado:

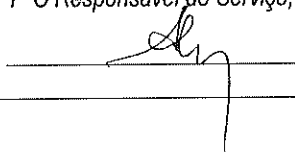
PERÍODO DE ORDEM DO DIA:

4. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

4.1. Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2025. Apreciação, discussão e votação;

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com onze votos de abstenção, dos membros eleitos pelo Partido Socialista, e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Alvorge e de Pousaflôres e quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Dem

P' O Responsável do Serviço,



Município de Ansião

Presente à reunião de Câmara Municipal de **08/06/2026** , tendo sido deliberado:

I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

1.2. Proposta de aprovação e de aplicação do Resultado Líquido do Exercício. Apreciação, discussão e votação;

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos de abstenção dos Senhores Vereadores, Jorge Paulo Fernandes e Paula Cristina Rodrigues da Silva Bernardino e os votos a favor dos membros do executivo, Jorge Humberto Fernandes Cancelinha, Mário Sérgio Madalena Teixeira Pires, Maria Goreti da Silva Correia e João Paulo de Jesus Rosa, aprovar a aplicação do Resultado Líquido Consolidado, do Exercício de 2025, no valor de -421.969,74€.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Ansião

Presente à sessão ordinária de Assembleia Municipal de 22/6/2026, tendo sido deliberado:

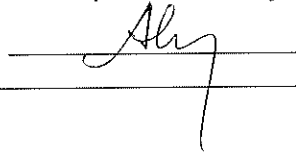
PERÍODO DE ORDEM DO DIA:

4. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

4.2. Proposta de aprovação e de aplicação do Resultado Líquido do Exercício; Apreciação, discussão e votação;

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com onze votos de abstenção, dos membros eleitos pelo Partido Socialista, e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Alvorge e de Pousaflores e quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Dem

P'O Responsável do Serviço,



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO de ANSIÃO** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 65.436.442 euros e um total do património líquido consolidado de 61.344.099 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 421.970 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO de ANSIÃO** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O processo de inventariação dos imóveis do Município não permite assegurar a sua integralidade, uma vez que não foi objeto, nem no reconhecimento inicial nem subsequentemente, de reconciliação sistemática com fontes externas de informação, nomeadamente a Conservatória do Registo Predial e o registo matricial da Autoridade Tributária.

Nestas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada que nos permita concluir sobre a plenitude e exatidão dos ativos imobiliários registados, nem quantificar eventuais ajustamentos que se revelassem necessários.

Consequentemente, esta situação constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho e afeta a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Conforme referido na nota 4 do Anexo, a Entidade identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão e Serviços – Concedente, relativamente aos quais não obteve do Concessionário (E-Redes S.A) a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras da Entidade.

Amado & Gomes, SROC, LDA

Sede Social: Rua do Mancha Pé, n.º 6 – 1J – 3100 – 467 Pombal; E-mail: infop@agsroc.pt; Tel: 236 109 912 | Leiria: Urbanização Vale da Fonte-Lote 6 – n.º 246 – R/C Dto – Marinheiros – 2417 – 387 Leiria; E-mail: infol@agsroc.pt; Tel: 244 833 988
OROC Inscrição n.º 340 | CMVM Registo n.º 20210011 – NIPC 516 151 584 – Capital Social – 5.000,00€ - CRC Pombal

Nestas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada que nos permita concluir sobre o impacto que esta matéria possa ter nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Por deliberação da Câmara Municipal, foi aprovado o Protocolo para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos, através do qual o Município se comprometeu a disponibilizar à APIN, EIM, S.A todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade, mediante pagamento de compensação financeira pela APIN.

No seguimento dessa deliberação, no final do ano de 2025 estavam registados no imobilizado do Município bens com valor patrimonial líquido, no montante de 2.323.837 euros, que se encontravam em utilização pela APIN, cujas depreciações do ano de 2025 ascenderam a 134.941 euros, estando as mesmas registadas nas contas do Município. Esta informação consta da nota 4 do Anexo.

Conforme divulgado no ponto 2.1 do documento de prestação de contas consolidadas, o método de consolidação de contas utilizado pelo Município foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), situação com a qual concordamos. De referir, no entanto, que o MEP não é um verdadeiro método de consolidação, mas sim, uma técnica de ajustamento do valor da participação financeira em entidades onde exista uma influência significativa na gestão.

Desta forma os ajustamentos efetuados, em resultado da aplicação do MEP, face às contas individuais apresentadas pelo Município foram os seguintes: balanço/ativo “participações financeiras”, aumento de 3.337.343 euros; balanço/património líquido, aumento de 3.337.343 euros, dos quais *ajustamentos em ativos financeiros*, aumento de 3.430.963 euros, e *resultado líquido*, redução de 93.620 euros.

Ao nível da Demonstração dos resultados o impacto, ao nível do resultado líquido, foi negativo em 93.620 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais, se isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativamente à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos de auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Conforme divulgado no ponto 1 do Relatório de Prestação de contas consolidadas, foi derogada a consolidação orçamental, considerando que se trata de uma matéria que não está devidamente esclarecida, não tendo sido apresentada a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direito e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pelo facto da NCP 26 – “Contabilidade de Relato Orçamental” não ser aplicável às entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Município, pelo que não podemos emitir opinião sobre as mesmas.



AMADO & GOMES - SROC, LDA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Pombal, 08 de junho de 2026

Sérgio M. S. Gomes (ROC 1357|CMVM20160967),
em representação de **Amado & Gomes, SROC, Lda**

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Ao Órgão Executivo,
À Assembleia Municipal,

1. Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, cumpre à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ansião**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.
2. A sociedade de Revisores Oficiais de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro de 2013, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do **Município de Ansião**. Para o efeito recebeu da **Câmara Municipal de Ansião** todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. No encerramento do exercício foi examinado o Balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão Consolidado preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui duas reservas e duas ênfases.

4. Parecer

Face ao exposto, a Sociedade de Revisores Oficiais de contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Ansião**, referentes ao exercício de 2025, se apresentam elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, nos termos referidos na Certificação Legal das Contas Consolidadas, pelo que poderão ser apreciados e votados em reunião da Assembleia Municipal.

5. Finalmente a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deseja agradecer à **Câmara Municipal de Ansião** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Pombal, 08 de junho de 2026



Sérgio M. S. Gomes (ROC 1357|CMVM20160967),
em representação de **Amado & Gomes, SROC, Lda**

Município de Ansião

Presente à reunião de Câmara Municipal de **08/06/2026** , tendo sido deliberado:

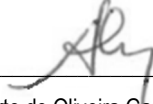
I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:

1. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

1.3. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitidas pelo Auditor Externo. Apreciação.

A Câmara Municipal apreciou da Certificação Legal de Contas, relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2025, emitida pelo Auditor Externo.

O Secretário do Órgão,



(Adalberto de Oliveira Gaspar Alves)

Município de Ansião

Presente à sessão ordinária de Assembleia Municipal de **22/6/2026**, tendo sido deliberado:

PERÍODO DE ORDEM DO DIA:

4. Prestação de Contas do Exercício de 2025 (Processo n.º 2026/150.20.404/18 | Proposta n.º 83/2026);

4.3. Certificação Legal de Contas Consolidadas, emitidas pelo Auditor Externo. Apreciação.

A Assembleia Municipal apreciou o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas, do Exercício de 2025, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

P' O Responsável do Serviço,

